



RESUMOS EXPANDIDOS E RELATOS DE EXPERIÊNCIA

POLÍTICAS PÚBLICAS E AGRICULTURA FAMILIAR: UM CAMINHO PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DA CHAPADA DIAMANTINA

Gisele de Souza Anjos¹, Jeovângela de Matos Rosa Ribeiro², Maicon Oliveira de Jesus³, Mateus Alves Vieira⁴, Pablo Mateus Brandão de Aquino⁵

1Discente do Curso Técnico em Informática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFBA. E-mail: giseleanjos111@gmail.com. 2Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFBA. Mestranda no Programa de Pós Graduação em Educação e Diversidade – MPED – Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus IV – Jacobina. E-mail: jeoescola@yahoo.com.br. 3Discente do Curso Técnico em Informática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFBA. E-mail: maikeoliveira2016@gmail.com. 4Discente do Curso Técnico em Informática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFBA. E-mail: mateusvieira159@gmail.com, 5Discente do Curso Técnico em Informática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFBA. E-mail: pablomateus009@gmail.com.

INTRODUÇÃO

No Brasil, os problemas sociais são cada vez mais evidenciados pela desigualdade social existente. Essa situação levou a necessidade e ao desafio para o combate dos problemas socioeconômicos que assolam as classes menos favorecidas, pelo poder público.

Para Barros (2007), o Brasil não é um país pobre, mas sim um país de muitos pobres, segundo o autor as políticas públicas devem ter como objetivo reduzir a desigualdade existente. Dentro da conjuntura brasileira a agricultura familiar congrega uma diversidade cultural e socioeconômica muito rica, transitando desde o campesinato tradicional a pequena produção modernizada. Segundo Guilhoto et. Al. (2007) o percentual gerado pela agricultura familiar nos anos de 1995 e 2005 variou entre 8,8% a 10,1%, valores que não devem ser desprezados, visto que em 2005 o valor foi superior a R\$ 170 bilhões. No entanto, por muito tempo foram escassas Políticas Públicas voltadas para esse setor produtivo.

Essa realidade não é diferente do que ocorre no Território da Chapada Diamantina, especialmente no município de Seabra. Visivelmente a base da economia do município é a agricultura familiar, segundo dados do IBGE (2010) do total de 41.798 habitantes, 21.521 são do campo. As produções agrícolas referentes aos dados do Censo Agropecuário demonstram uma produção considerável nos produtos da banana, mamão, maracujá, tangerina, abacaxi, café, feijão, fumo,



mamona, mandioca e milho. Mas apesar de tais resultados a população rural em sua maioria tem passado por muitos problemas, principalmente os relacionados à falta d'água.

Os pequenos agricultores pressionados pelos problemas existentes no campo, como o déficit hídrico, falta de assistência técnica e de programas governamentais, se organizam em movimentos sociais e como resultado surge em 1996 o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, sendo a primeira ação concreta de política de apoio à agricultura familiar no Brasil. O PRONAF possui várias linhas de atuação, sendo uma Política Pública implantado em todos o território Brasileiro, visando desenvolver principalmente os territórios de baixa dinamicidade econômica.

Os anos 90 representaram um avanço nas discussões das Políticas Públicas no Brasil, no entanto, os problemas ainda estão longe de ser resolvidos e nesse ínterim, torna-se necessário se pensar de forma mais contundente sobre políticas que venham contribuir para o fortalecimento da convivência do nordestino no semiárido, e parte para isso do fortalecimento da agricultura. Os territórios serão fortalecidos a partir da implementação da agricultura familiar. Nesse sentido, Carvalho & Almeida (2009) demonstram a importância de políticas voltadas para o uso sustentável da biodiversidade, demonstrando o estudo de caso do beneficiamento do umbu realizado pela Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá (COOPERCUC) e enfatiza a o Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: Um milhão de cisternas rurais - P1MC e o Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: Uma terra e duas águas- P1+2. Representam políticas importantes, que realmente atendem as necessidades do agricultor.

No município de Seabra as políticas públicas que são oferecidas para a população de agricultores familiar, são os projetos do PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), e cursos profissionalizantes, como é o exemplo do curso de aprendizado em manejo da cultura do leite, esses cursos são oferecidos para agricultores e filhos de agricultores junto ao Sindicato dos Produtores Rurais de Seabra, com parceria do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e FAEB (Federação de Arte-educadores do Brasil).

O SETAF (Serviço Territorial de Apoio à Agricultura Familiar), trabalha os programas do PRONAF (Programa Nacional de fortalecimento da agricultura familiar), entre eles o bolsa safra, mas



que têm muitos problemas a serem sanados, pois como o órgão abastece toda a região da chapada, falta técnicos para dá suporte aos produtores. Entender essa problemática, é crucial para a importância das políticas públicas na agricultura familiar para o desenvolvimento territorial, tendo em vista a necessidade de medidas para o nordestino conviver com o Semiárido, tendo como recorte o município de Seabra-BA, pertencente ao Território de Identidade da Chapada Diamantina.

MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia utilizada partiu de uma abordagem qualitativa, através da revisão bibliográfica e o estudo de caso, utilizando o dispositivo da entrevista. Foram realizadas duas entrevistas em dois órgãos diferentes de âmbitos públicos, que trabalham com agricultura em nossa região. O primeiro foi o Sindicato dos Produtores Rurais e o segundo foi SETAF (Serviço Territorial de Apoio à Agricultura Familiar), os mesmos trabalham com projetos voltados aos produtores da nossa região. Em seguida foi realizada uma construção das informações e discutidas em sala de aula durante a realização do seminário. Momento em que houve uma discussão envolvendo os demais colegas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em conversa com representantes desses órgãos foi descoberto que alguns projetos como é o exemplo a cadeia produtiva do leite, que é dos produtores do leite e produtos dos derivados do mesmo, no qual é um curso de capacitação. Esses cursos são financiados pelo governo por meio do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e FAEB (Federação de Arte-educadores do Brasil), o qual ajudou na melhoria da produção dos produtores regionais.

Um dos argumentos construídos a partir dessas entrevistas foi que o governo ainda faz pouco pelos agricultores, mas essas especializações são necessárias, no qual foi implantado no período de seca, se isso não houvesse teríamos problemas de conviver com a seca, seria difícil ter uma boa economia em nossa região. Esse apoio vem como um auxílio, um reforço para os produtores não parar mesmo no tempo difícil.

Já a partir da entrevista realizada no SETAF foi possível ter uma visão trazida pelo PRONAF no qual existem incentivos e financiamentos feitos pelo governo federal para os

Cadernos Macambira

V. 2, Nº 2, p. 208, 2017.

Anais do III Simpósio de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas,
Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
<http://revista.lapprudes.net/>



agricultores familiares do município de Seabra. Um desses incentivos citado na entrevista foi o bolsa Safra.

E se imaginasse a região sem esse benefício, poderia inevitavelmente retornar as fomes passadas que houveram no sertão brasileiro, como o exemplo da grande seca, e como resultante grande fome em 1932 no sertão nordestino.

CONCLUSÃO

Levando em consideração a realidade encontrada no Semiárido Nordeste, com ênfase o Território de Identidade da Chapada Diamantina, e mais especificadamente o município de Seabra, observa-se o quanto é importante a existência de políticas públicas que estejam voltadas para a agricultura familiar. Tendo em vista, que é a agricultura familiar o instrumento de desenvolvimento territorial. No entanto, muitas dificuldades encontradas pelos agricultores de nossa região ainda não foram resolvidas, necessitando de políticas mais contundentes para a falta de técnicos e financiamentos para os pequenos produtores.

As políticas públicas dessa forma, vêm por si só demonstrar quanto as ações governamentais aliadas com os interesses da população podem ser o caminho para a resolução de problemas que assolam a população, proporcionando o desenvolvimento de forma sustentável, e no caso específico, o desenvolvimento socioeconômico do território através da agricultura familiar.

REFERÊNCIAS

BARROS, Ricardo Paes de. Desigualdade de renda no Brasil. Brasília: IPEA, 2007.

CARVALHO, Luzineide Dourado. ALMEIDA, Maria Geralda. O uso da biodiversidade da Caatinga através dos programas de “Convivência como o Semiárido”- percursos para a ressignificação da natureza e território pelas comunidades rurais de Juazeiro (Bahia). Seminário de Estudos Culturais, Identidades e Relações Interétnicas. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão.2009.

GUILHOTO, Joaquim, et. al. A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados. Brasília: NEAD, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE- Censo Demográfico 2010. Disponível em: <http://ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?lang=_ES&codmun=292990&search=bahia|seabra>. Acessado em Nov.2016.